

A nova agricultura

Eduardo Antônio Ribas Amaral¹, Nelson Jacomel Jr.², Paulo Sergio Tagliari³ e Ricardo Martins Bernardes⁴



A agricultura orgânica fornece alimentos saudáveis e de qualidade para a população (Agricultor Hamilton Voges, da Associação Agroecológica Recanto da Natureza, Vargem do Braço, município de Santo Amaro da Imperatriz, SC)

A nova agricultura, a agricultura que está surgindo da polêmica resultante da contaminação dos alimentos, a chamada agricultura do novo milênio, faz como a fênix, a ave mitológica, que renasce das cinzas, convertendo-se na agricultura orgânica. Os sinais dessa mudança na agropecuária remontam a algum tempo e têm origem entre os próprios agricultores, que identificaram a decadência da qualidade de plantas e animais no início dos anos 20 do século passado e iniciaram os primeiros estudos cientificamente registrados com a agricultura biodinâmica. Mudanças semelhantes também foram identificadas pelos agricultores catarinenses e registradas na RAC de junho de 1989, também em junho de 1993, na edição de setembro de 1994, e em outras edições.

A agricultura convencional, baseada no uso intensivo de agroquímicos, mostra cada vez mais os erros que cometemos por não respeitarmos o caráter natural da produção de alimentos. Olhando ao redor dos nossos campos e cidades, os sinais do desrespeito são muitos: na área rural, o ambiente está poluído ou erodido, e nas cidades, as pessoas adoeceram. Na agricultura, por exemplo, os lençóis freáticos estão contaminados, e há exemplos no Oeste Catarinense (Rohden et al., 2009). Nas cidades, sem falar nos casos de obesidade, inclusive infantil, cresce a incidência de câncer. Na decadência da agricultura convencional, com a qual ainda se produz a maior quantidade de alimentos, comprometemos a saúde de todos. Muito embora os agrotóxicos tenham sido usados para matar as pragas e doenças e ajudado na produção de alimentos, seu uso tem efetivamente contaminado o meio ambiente e a saúde humana.

Olhando as notícias recentes, os últimos decênios do setor mostraram cada vez mais as falhas da produção, em que

pese os volumes e produtividades crescentes. Como saborear um alimento sabendo que, para produzi-lo, empregamos, muitas vezes exageradamente, substâncias tóxicas que comprometem a saúde de cada um de nós e, pior, compromete-se o futuro das nossas gerações? As elevadas taxas de câncer nas pessoas moradoras de Dourados, MS, (Mato Grosso, 2007; Brasil, 2012) ou o índice de suicídio entre fumicultores (Faria et al., 2006) são números estatísticos representativos da realidade nacional que não podemos ignorar.

No contraponto, os alimentos produzidos na agricultura orgânica estão livres dos efeitos deletérios dos agrotóxicos e das substâncias químicas (Darlott, 2012). Melhor, a produção orgânica causa menos danos ao meio ambiente e à saúde humana. Por exemplo, na produção orgânica, os adubos passam pela compostagem, isto é, os resíduos escolhidos para ser empregados são decompostos em processos que atingem elevadas temperaturas, eliminando, assim, os possíveis patógenos presentes, que, de outra maneira, poderiam causar contaminação. Adicionalmente, tais adubos, quando aplicados aos solos, nutrem qualitativamente as plantas, que absorvem os nutrientes de forma gradual e equilibrada. Como consequência, a qualidade nutricional dos alimentos que empregamos é melhor e promove a saúde do nosso organismo.

Contra o argumento que não há alternativa agrícola para sustentar a população no planeta, a agroecologia foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 2007 como uma saída possível (FAO, 2007). Corroborando as afirmativas do relatório, um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) relatou que o uso de práticas orgânicas na África leva a produções maiores do que o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. O

estudo de 114 projetos em 24 países descobriu que as produções comumente mais que dobram quando são usadas práticas orgânicas ou semiorgânicas, como a rotação de culturas e a compostagem. A agricultura orgânica também trouxe benefícios para as famílias e comunidades: ela incentivou melhorias de infraestruturas locais, como estradas, melhorou a fertilidade dos solos, aumentou a resistência dos solos à seca e gerou segurança alimentar (FEED, 2008).

Na verdade, a abolição total dos agrotóxicos é um processo complexo e gradual. Todavia, tal objetivo deve ser perseguido de forma constante e com perseverança, apesar dos grandes interesses econômicos e do aparato político que sustentam os agroquímicos. Além da agroecologia, a produção integrada está adotando técnicas de redução dos pesticidas. A produção convencional já está até se espelhando nas duas para a supressão, pelo menos parcial, dos venenos. Afinal, a inocuidade dos alimentos constitui uma política pública, sendo um fator que pode não só afetar a segurança alimentar da população, mas também afetar a competitividade do agronegócio do País no exterior.

Mobilização no Brasil e em Santa Catarina

Lembrando que a agricultura originalmente não usava agrotóxicos, no Bra-►

¹ Eng.-agr., M.Sc., Comissão da Produção Orgânica de Santa Catarina (CPOrg/SC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rua João Grumiché, 117, 88102-600 São José, SC, fone: (48) 3261-9910, e-mail: eduardo.amaral@agricultura.gov.br.

² Eng.-agr., M.Sc., Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABDSUL), Rod. Admar Gonzaga, 3.863, 88034-001, Itacorubi, Florianópolis, SC, fone: (48) 9116-0550, e-mail: terranovaestrela@gmail.com.

³ Eng.-agr., M.Sc., Epagri/Sede, Rod. Admar Gonzaga, 1.347, 88034-901, Itacorubi, Florianópolis, SC, fone (48) 3239-5533, e-mail: ptagliari@epagri.sc.gov.br.

⁴ Administrador de empresas, M.Sc., CPOrg/SC, Embrapa, e-mail: rmbarnardes@gmail.com.

sil vimos um movimento mais intenso para a promoção da agroecologia desde a década de 1970. E, finalmente cristalizando a agricultura orgânica no setor da agropecuária em 2006, o IBGE registrou pela primeira vez os dados da produção na agricultura orgânica. Naquele censo, cerca de 90 mil agricultores declaram-se produtores em sistema de produção orgânica (IBGE, 2007). Nos anos recentes, acompanhando os movimentos internacionais, estabeleceu-se a legislação brasileira. E neste ano o governo federal demonstrou com clareza a intenção de aumentar os investimentos no setor, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)9 declarando prioridade para a agroecologia, o que, somada à regulamentação da “lei dos orgânicos”, regulamentada em 2010 no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), configura as condições ideais para o incentivo e apoio à produção de alimentos orgânicos.

Esse panorama se repete em Santa Catarina. Nos últimos anos os movimentos agroecológicos conseguiram resultados importantes. Os mercados produtores – as feiras livres – emergiram como opção onde agricultores e consumidores se encontram diretamente, e a partir do trabalho das pessoas, a produção orgânica mostrou-se em eventos nacionais e internacionais. Refletindo o reconhecimento do trabalho dos agricultores dentro da sociedade, a agricultura orgânica passou a ser objeto de estudo nas entidades de pesquisa e universidades, cujo exemplo local tem reconhecimento nacional e uma revisão de currículo em prol da agroecologia. Entretanto, o governo do Estado, que inicialmente teve uma ação dedicada à agricultura orgânica, apesar do esforço pessoal de extensionistas, fiscais e pesquisadores, desmobilizou-se nas últimas gestões, o que exige uma revisão das propostas para as ações políticas.

Uma boa notícia vem da Assembleia Legislativa Estadual, que incluiu no orçamento para este ano de 2012 uma rubrica para a agroecologia. Esse fato coloca o setor em destaque e pode representar uma reação de reconhecimento, entendida como uma novidade pelos agricultores, em geral não habituados a tais situações. Sem muita euforia, é preciso que aguardemos o desenrolar dos fatos para termos certeza de que a produção terá mais respaldo em Santa Catarina,

como teve no Estado do Paraná, onde o orçamento do estado contempla R\$ 40 milhões para a agricultura orgânica este ano.

A produção agroecológica, atualmente, é praticada em 37 milhões de hectares, por 1,8 milhão de agricultores, em 160 países (Ifoam, 2011). Isso significa dizer que existe uma identificação da produção orgânica na sociedade e que ela não é mais algo novo a ser testado – ela já realiza a importante função de produzir alimentos saudavelmente.

Finalmente, de todas as perguntas sobre nossa alimentação, aquela que mais nos coloca em posição insustentável é: como podemos aceitar o paradoxo de que, enquanto a FAO nos informa que 1 bilhão de seres humanos está subnutrido (FAO, 2011), a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que 1,5 bilhão de pessoas está acima do peso, sendo 500 milhões clinicamente obesos (OMS, 2012)?

Há muito por fazer, e é chegada a hora de mudarmos nossa atitude positivamente. Se pretendemos perpetuar nossa espécie em evolução, sobre um planeta Terra também saudável, nossa opção é produzir e alimentar-nos igualmente e saudavelmente, com o apoio dos sistemas de produção orgânica.

Literatura citada

1. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório da Comissão de Seguridade Social e Saúde**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/SAUDE/206047>>. Acesso em: 5 jan. 2012.
2. DAROLT, M.R. **Comparação entre a qualidade do alimento orgânico e convencional**. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarnut1.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2012.
3. FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar**. Roma: FAO, 2007.
4. FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **The State of Food Insecurity in the World: how does international price volatility affect domestic economies**

and food security? Roma: FAO, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/i2330e/i2330e00.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2012.

5. FARIA, N.M.X. et al. Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural, and agricultural factors. **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**, Rio de Janeiro, v.22, n.12, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 jan. 2012.
6. FEED. Union of Concerned Scientists. **Food & Agriculture**, nov. 2008. Disponível em: <http://www.uccusa.org/food_and_agriculture/feed/feed-november-2008.html#4>. Acesso em: 6 jan. 2012.
7. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
8. IFOAM. Federação dos Movimentos de Agricultura Orgânica. **Relatório dos principais resultados de 2010**. Suíça: FiBL, 2011.
9. MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Saúde. Conselho Estadual de Saúde. **Ata da reunião ordinária nº 208**, realizada em 31 de agosto de 2007.
10. OMS. Organização Mundial da Saúde. **Fact Sheet nº 311**. Genebra, Suíça, 2011. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/index.html>>. Acesso em: 9 jan. 2012.
11. ROHDEN, F. et al. Monitoramento microbiológico de águas subterrâneas em cidades do Extremo Oeste de Santa Catarina. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.6, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 jan. 2012. ■